

Relatório da ONU pede a volta dos empréstimos voluntários

por Walter Ellis
do Financial Times

Os países em desenvolvimento necessitarão duplicar a entrada de recursos externos para pelo menos US\$ 80 bilhões anuais até 1990, para que possam recuperar-se das atuais dificuldades econômicas e alcançar a meta de crescimento de 5% ao ano.

Com essa finalidade, os bancos comerciais terão de aceitar novas formas de "empréstimos institucionais involuntários", destinados a reciclar os pagamentos de juros para o Terceiro Mundo. Os governos dos países industrializados também necessitarão fornecer ao Banco Mundial (BIRD) recursos suficientes para que a instituição duplique seu atual volume de empréstimos subsidiados e não subsidiados.

Estas são as principais conclusões de um relatório divulgado nesta semana pela comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Planejamento do Desenvolvimento, um grupo de importantes especialistas em economia dos países industrializados e os em desenvolvimento, que assessora a ONU sobre política econômica.

"ESTRANGULADOR"

Ao anunciar as conclusões, Shridath Ramphal, secretário geral da Commonwealth e presidente da comissão, declarou em Londres que a reversão do fluxo de recursos — atualmente, os países mais pobres estão transferindo seus recursos para os mais ricos — está tendo um efeito estrangulador sobre o mundo em desenvolvimento.

Ramphal advertiu que organizações como o Fundo Monetário Internacional não culpadas de complacência, por não adotarem as medidas necessárias para corrigir essa situação.

Com respeito às atuais políticas financeiras, as perspectivas para um crescimento adequado e progresso social em muitos dos países mais pobres con-

tinuarão reduzidas, quaisquer que sejam os esforços que os governos façam para colocar a casa em ordem", conclui o relatório.

PROBLEMA

Para atingir as exigências mínimas para o crescimento, a comissão calculou que um fluxo financeiro líquido adicional de US\$ 31 bilhões será necessário anualmente até 1990, além do atual nível de US\$ 40 bilhões anuais. Desse financiamento adicional, somente US\$ 6 bilhões viriam de transferências oficiais e investimentos diretos, de acordo com as estimativas.

Para gerar as finanças remanescentes, a comissão propôs um programa de quatro partes.

Os países industrializados devem fornecer recursos adicionais ao Banco Mundial e outras instituições multilaterais de desenvolvimento, assim como incrementar a assistência bilateral aos países mais pobres em cerca de US\$ 2 bilhões ao ano.

Esses países também de-

vem incrementar a coordenação da assistência e resistir à tentação de transformar a ajuda em "um veículo para uma elevação indiscriminada das exportações".

O Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento regional devem incrementar seus empréstimos em US\$ 8 bilhões ao ano, enquanto a Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), o setor de empréstimos a juros baixos do Banco Mundial, deve fornecer mais US\$ 2 bilhões em créditos por ano.

MAIS DINHEIRO PARA O BIRD

Essa expansão dos empréstimos do Banco Mundial, que aproximadamente duplicaria os desembolsos líquidos até o final da década, poderia ser obtida tanto através de compromissos de capital adicionais por parte do mundo industrializado quanto pela redução da atual taxa administrativa do Banco Mundial.

Os bancos comerciais deveriam fornecer mais US\$ 13 bilhões em novos empréstimos líquidos anualmente. Desse total, US\$ 3 bilhões provavelmente seriam fornecidos através de empréstimos "voluntários" para os países em desenvolvimento, em grande parte através de cofinanciamentos com o Banco Mundial.

Os US\$ 10 bilhões restantes dos empréstimos dos bancos comerciais seriam organizados através de "novos arranjos para empréstimos institucionalizados involuntários". Isso poderia ser feito tanto através da capitalização parcial dos juros pelos países endividados quanto através de novos créditos plurianuais. Os países em desenvolvimento, por sua vez, não devem comprometer-se com novas formas de condicionalidade política, que incluiriam políticas econômicas voltadas ao crescimento, assim como prudência financeira", diz o relatório.